



Proposta de Alteração
PROPOSTA DE LEI N.º 5/XIV/1.^a
ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta a seguinte proposta de alteração ao artigo 184.º da Proposta de Lei, com a seguinte redação:

“Artigo 184.º

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

4 – [...].

5 – [...].

a) [...];

b) Nas intervenções de «Prioridade 2» até 90%;

c) Nas intervenções de «Prioridade 3» até 80%.

6 – [...].

7 – [...].

8 – O Governo atualiza e publica até 30 de junho de 2020 a listagem de edifícios públicos que contêm amianto.

9 – O Governo torna público no seu portal o plano calendarizado e respetiva priorização referente à monitorização regular a efetuar e às ações corretivas a aplicar, incluindo a remoção dos materiais que contêm fibras de amianto presente nos edifícios, instalações e equipamentos públicos que integram a listagem referida no número anterior, bem como a sua substituição, quando for caso disso,



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

por outros materiais não nocivos à saúde pública e ao ambiente.”

Nota justificativa:

De acordo com a resposta dada pelo Ministro das Finanças ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda no processo orçamental, estão disponíveis 20 milhões de euros do FRCP para as obras de remoção de amianto. O Ministro da Educação anunciou, no âmbito do seu ministério, estar disponível uma verba de 111 milhões de euros para requalificação de escolas, referindo prioridade para casos de remoção de amianto.

Em edifícios definidos como prioridade 2 e 3, os próprios serviços – ou outros fundos – têm que providenciar de acordo com a proposta original de OE 2020, respetivamente, 20% ou 30% dos custos das obras de remoção. Atendendo a que os serviços públicos têm uma dotação orçamental já de si limitada, esse pode ser um entrave à realização de obras de remoção de amianto. A presente proposta do Bloco – não mexendo na priorização das obras - prevê a majoração da comparticipação, para mitigar o impacto financeiros nos serviços públicos afetados.

Na presente proposta, o Bloco de Esquerda propõe ainda que a listagem de edifícios públicos que contêm amianto seja atualizada e que o calendário de obras seja de conhecimento público.

Assembleia da República, 13 de janeiro de 2020.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,